O proninc e possíveis contribuições para as liberdades instrumentais, na obra desenvolvimento como liberdade, de Amartya Sen

The proninc and possible contributions to instrumental freedoms, in Amartya Sen's work Development as Freedom

DOI:10.34117/bjdv5n12-095

Recebimento dos originais: 10/11/2019

Aceitação para publicação: 06/12/2019

Ruy D'Oliveira Lima

Mestre em Teologia com ênfase em Educação pela Faculdade Superior de Teologia - EST, Professor Assistente da Universidade do Estado da Bahia – UNEB; Doutorando em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação; Linha de pesquisa 1 (Educação, História e Política);
ORCID ID – <http://orcid.org/0000-0002-6385-1027>;
e-mail: rdlima@uneb.br

Iracema Oliveira Lima

Pós Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Londrina; professora titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em Educação da UESB; ORCID ID – <http://orcid.org/0000-0002-6761-3704>;
e-mail: Iracema.lima@uesb.edu.br

RESUMO

Transitar por teorias consagradas, nos possibilitou tecer o arcabouço teórico e metodológico necessários para propor intervenções, através do PRONIC, que venham a fornecer riqueza imaterial, como educação, melhor qualidade de vida e maior distribuição de renda entre os bolsões de miséria que ainda persistem existir nos dias atuais, não obstante o crescimento do produto interno bruto do estado da Bahia. Um desenvolvimento que ainda não refletiu diretamente na melhoria do conjunto total de seus habitantes. Portanto, a discussão aqui tratado será com base na emancipação e libertação do sujeito. Ao emancipar-se, através da educação, o sujeito que atua como ator e atriz de sua história, reivindica o que lhe é de direito e lhe cabe para a vida em sociedade sem opressão.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Liberdade, políticas públicas.

ABSTRACT

Transiting consecrated theories, it enabled us to weave the theoretical and methodological framework necessary to propose interventions through PRONIC, which will provide intangible wealth such as education, better quality of life and greater distribution of income among the pockets of poverty that persist there today, despite the gross domestic product growth of Bahia. A development that does not directly reflected in the improvement of the

total number of its inhabitants. So the discussion here will be treated based on the emancipation and liberation of the subject. To emancipate themselves through education the subject that acts as an actor and actress of her story, claiming that it is right and it is up to him to life in society without oppression.

Keywords: Development, Freedom, public policies.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo geral desse trabalho consiste em apresentar os resultados da teoria do Desenvolvimento como Liberdade, em Amartya Sen, a fim de compreender suas respectiva possibilidade na construção de uma educação libertadora / emancipatória. Para tanto, essa análise será realizada tendo como espaço propício o estado da Bahia e 3 dos seus territórios de identidade, uma vez que a sua condição de história e cultura singular e plural delineou diversas vertentes educacionais, especialmente no que se refere à luta pela educação emancipatória.

Destarte, como objetivos específicos, discutiremos como os conceitos de Liberdades Instrumentais, em Amartya Sen, estão intrinsecamente ligados à teoria do capital e do desenvolvimento humano. A compreensão das finalidades e os (des)caminhos que reflexões teóricas apontam para a formação do homem e, em especial, para a educação emancipatória, é o combustível semântico e epistêmico para nos mover a procura de novos olhares sobre os fenômenos sociais, em especial no que se refere aos aspectos das políticas públicas para a educação. Isto posto, pensa-se ser de especial importância discutir a forma como os fundamentos das liberdades instrumentais (1- liberdades políticas, 2- facilidades Econômicas, 3- oportunidades sociais 4- garantias de transparências e 5- segurança protetora), podem contribuir para o desenvolvimento do homem.

A partir do esforço teórico que o estudo da obra de Amartya é desvelado esse veio de raciocínio que reflete acerca das bacias semânticas que envolvem a educação e, com isso, analisar as iniciativas governamentais acerca da implementação de políticas públicas para a educação emancipatória no Estado da Bahia, principalmente pela centralidade dos debates norteiam as práticas educativas na contemporaneidade voltadas para a plena capacitação do sujeito.

2 DIÁLOGOS COM O MARCO TEÓRICO, O PROJETO E O UNIVERSO TRABALHADO.

O ponto de partida teórico para o fundamento do presente trabalho é a Obra Desenvolvimento Como Liberdade, de Amartya Sen, economista indiano e prêmio Nobel de

economia em 1998. Ele estuda, pesquisa e escreve sobre desenvolvimento humano e bem-estar social. Ao longo de sua obra, Sen nos remete a abissais reflexões sobre as questões relacionadas à vida das pessoas e como, por diversas vezes, a visão tradicional de entender os fenômenos sociais podem nos levar a cometer erros. Podemos exemplificar, a partir de suas análises que:

O crescimento do Produto Nacional Bruto – PNB, ou das rendas individuais obviamente pode ser muito importante como um *meio* de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, liberdade de participar de discussões e averiguações públicas). De forma análoga, a industrialização, o progresso tecnológico ou a modernização social podem contribuir substancialmente para expandir a liberdade humana, mas ela depende de outras influências. (SEN, 2010, p. 16)

Essas outras influências tão importantes de destacar, são as relações que inter aliam as liberdades e de forma simbiótica mutualística, alimenta e é ao mesmo tempo alimentada pelo desenvolvimento. Assim, entendemos que as liberdades são importantes para o desenvolvimento material, para o desenvolvimento econômico. Não há convivência pacífica e frutífera entre a falta de liberdade e desenvolvimento. Pobreza e tirania, carência de oportunidade econômicas e destituição social sistêmica, negligência dos serviços públicos e intolerância dos Estados repressivos, nas palavras do pensador, são fontes de privação de liberdades instrumentais.

A nosso ver, as políticas públicas voltadas para a educação da Bahia, e principalmente aqui nos referimos ao ensino público estadual superior, por conta dos baixos investimentos sociais do governo do estado, atravessam privação de liberdades. A necessária indissociabilidade entre pesquisa, extensão e ensino, nas Universidades Estaduais Baianas, fica prejudicada, fragilizada em decorrência dos baixos recursos alocados para tais fins.

Equivocadamente, o pensamento neoliberal, quando fala em corte e contingenciamento das despesas da máquina estatal, promove imediatamente cortes e reduções de investimentos nas áreas de educação e de saúde sob o argumento de que atravessamos crises econômicas em consequência da pesada despesa de custeio em áreas sociais. Mais outra vez observamos a negação das liberdades instrumentais e que desenvolvimento e liberdade estão proporcionalmente um em decorrência do outro.

Tendo apresentado o marco teórico e o recorte epistêmico que trabalhamos, passamos a descrever o Programa Nacional de Fortalecimento das incubadoras de Cooperativas – PRONINC. É uma ação do governo federal através do Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS, tendo os recursos advindos da Secretaria Nacional de Apoio a economia Solidária e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ.

O PRONINC, projeto que atuamos como coordenador, concorreu na chamada pública do edital número 89/2013 e foi contratado, com recurso alocados em fevereiro de 2016.

Portanto, podemos dizer que este é o marco legal do projeto. O mesmo está ligado a duas incubadoras universitárias, a saber: INCUBA (Incubadora de Empreendimentos Solidários) e ITCP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares). O que por si já foi um exercício trabalhar com duas entidades com fins convergentes, mas com metodologias divergentes. Até então estamos tendo êxito e o trabalho tem fluído a bom termo. Ambas incubadoras estão ligadas à Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

O PRONINC atua sobre inovação na área de Tecnologia Social, com processos inovadores como: Turismo de Base Comunitária, Logística Solidária e Comunicação Participativa. Busca-se sistematizar as referidas tecnologias sociais de processo, repensa a extensão universitária, e sua atuação na Economia Solidária, com base no conceito de desenvolvimento como liberdade e garantias básicas essenciais para a libertação da condição de miséria que se encontra o público objeto da pesquisa, da extensão e do ensino.

São trabalhadas as comunidades de catadores de produtos recicláveis no território de identidade do Baixo Sul da Bahia, no município de Valença e Cairu, no território de identidade da Região Metropolitana de Salvador, municípios de Camaçari e Candeias e com a população de pescadores artesanais no território de identidade de Irecê, Município de Xique Xique. As ações são desenvolvidas por técnicos bolsista do programa e por professores da UNEB. Formamos uma equipe multidisciplinar que compõe formação em pedagogia, marketing, economia, engenharia civil, filosofia e sociologia.

A Bahia é um estado que possui indicadores muito ruins no que se refere a desenvolvimento humano, apresentando um IDH de 0,660, sexto pior entre os estados da federação, enquanto o índice do Brasil é 0,704. No que se refere à concentração de renda (índice Gini), a Bahia atingiu o índice de 0,62, oitava pior colocação do país, superando o índice do Brasil, 0,60. Diante dos dados citados, a produção de conhecimento, enfatizando essas questões, constitui-se em um desafio, especialmente pelo fato de a UNEB, uma Universidade capilarizada por todo o estado da Bahia (24 campi), possuir duas incubadoras:

ITCP e INCUBA. Apesar de estarem vinculadas às Redes institucionais diferentes, e de possuírem metodologias de trabalho, a princípio distintas, visam o mesmo objetivo, a saber: a sustentabilidade dos empreendimentos e o desenvolvimento local sustentável, através da valorização das tecnologias sociais de processos e produtos, a partir do referencial da Economia Solidária. Partem, pois, do entendimento de que a Economia Solidária se constitui em uma alternativa ao modo capitalista de organizar meios sociais e produtivos, a fim de assegurar um desenvolvimento sustentável, que perpassa o campo ético da iniciativa contra o desemprego. Trata-se de geração de trabalho e renda decentes, mas, também e, sobretudo, um processo educativo, de desenvolvimento pautado nas liberdades instrumentais preconizadas (e já explicitadas anteriormente) por Amartya Sen.

As experiências das duas incubadoras, a partir deste projeto, foram sistematizadas com o intuito de potencializar o seu funcionamento, considerando, ainda, os saberes produzidos por núcleos de extensão com atividades similares ou próximas (a exemplo do Núcleo de Meio Ambiente e outros a serem definidos) e, assim, elaborar princípios e diretrizes de atuação da UNEB na Economia Solidária.

ITCP tem desenvolvido projeto com as comunidades pesqueiras de Lagoa dos Gomes, Saco dos Bois, Pedra Vermelha e Buriti, bem como acumulou grande experiência e sistematizações acerca do Turismo de Base Comunitária.

Estimular, pois, a produção simbólica das Redes beneficiárias deste projeto é um passo decisivo nos respectivos processos de afirmação identitária ao tempo que se atua no aprofundamento de uma atuação mais profissionalizada no mercado e na verticalização das cadeias produtivas aqui abordadas: reciclagem, pesca e turismo de base comunitária. Trata-se de um ganho difícil de mensurar. Para este seria preciso inventar outra “métrica”. Um caso muito particular de sistema de medidas que fosse capaz de dar conta dos avanços que o planejamento, a execução e a avaliação, inerentes aos projetos nos quais as Redes aparecem como beneficiárias, puderam proporcionar aos homens e mulheres que viabilizam cotidianamente a empreitada de ser catador(a) ou membro de comunidades tradicionais.

No caso da INCUBA/UNEB a sua experiência, em função dos projetos desenvolvidos, tanto os que foram concluídos como os que estão em andamento, a sua rede de parcerias institucionais e o perfil dos grupos incubados, apontam para a assistência técnica a empreendimentos econômicos solidários de catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis, sejam estes resíduos sólidos, líquidos (OGR) ou tecnológicos.

Aqui ressaltamos a bacia semântica que estamos todos imersos. Por limitações metodológicas, este artigo não aprofundará (como gostaria) nas explicações das ações que envolvem todas as comunidades incubadas. Entretanto é mister compreender que o princípio da dialogicidade e liberdade de ações dos homens e mulheres envolvidos em todos os níveis do PRONINC, é efetivamente ganho imaterial e imensurável para todos nós. Desde a elaboração das atividades, gerenciamento dos recursos, aplicação das metodologias de incubação e as educacionais e científicas, há a participação das comunidades incubadas, dos técnicos e professores. Todos os saberes são considerados e não há uma hierarquia de importância. O saber do senso comum tem a mesma atenção que o saber científico. Quebrar paradigmas e nos reinventar no prazer do trabalho coletivo e solidário tem sido a tônica do PRONINC das incubadoras INCUBA e ITCP.

Diante do exposto, o PRONINC, considerando os seus limites, atua: 1) Fortalecendo o Complexo Cooperativo de Reciclagem da Bahia, dando continuidade aos processos de logística solidária e de beneficiamento do OGR; 2) Fortalecer as comunidades de pescadores de Lagoa dos Gomes, Saco dos Bois, Pedra Vermelha e Buriti e integrá-los ao Turismo de Base Comunitária; 3) Qualificar as equipes das duas incubadoras, possibilitando a troca de experiências, com o intuito de aprofundar e sistematizar processos metodológicos e socializar conhecimentos acumulados, no sentido de construir diretrizes e parâmetros para atuação da Universidade do Estado da Bahia no campo da Economia Solidária; 4) promover interações com os cursos de graduação e pós graduação da UNEB e outras instituições de ensino superior com a finalidade de formar intelectuais orgânicos para atuar na economia solidária sobre a perspectiva do desenvolvimento sustentável, responsável e libertário.

Para tanto, estamos constantemente em contato com as formas de privação de liberdades. Elas se apresentam de diversas formas e é muitas das vezes, necessário uma vigilância constante dos discursos e das ações para que as mesmas não sejam multiplicadas e assim atingirem um maior número de pessoas que fazer parte do universo do PRONINC que está na responsabilidade da UNEB, através de INCUBA e da ITCP. SEN (2010, p. 29) fala assim das formas de privação de liberdade:

Um número imenso de pessoas em todo o mundo é vítima de várias formas de privação de liberdade. Fomes coletivas continuam a ocorrer em determinadas regiões, negando a milhões a necessidade básica de sobreviver. Mesmo nos países que já não são esporadicamente devastados por fomes coletivas, a subnutrição pode afetar numerosos seres humanos vulneráveis. Além disso muitas pessoas têm pouco acesso a serviço de saúde, saneamento básico ou água tratada e passam a vida

lutando contra uma morbidez desnecessária, com frequência sucumbindo à morte prematura. Nos países mais ricos é demasiado comum haver pessoas imensamente desfavorecidas, carentes de oportunidades básicas de acesso a serviços de saúde, educação funcional, emprego remunerado ou segurança econômica e social.

A citação nos pode remeter a análises pertinentes sobre a importância das políticas públicas para a população mundial, quer sejam pessoas que residem em países ricos ou aqueles que como nós habitamos o que é chamado de terceiro mundo ou país periférico. Encontramos os perfis descritos por Amartya, durante a nossa jornada no PRONINC. A falta de saneamento básico, segurança, postos de saúde equipados escolas de ensino fundamental e médio, em muitos lugares dos territórios que atuamos, é ainda uma carência.

As pessoas encerram o seu ciclo de vida prematuramente e aqueles que conseguem viver mais não o fazem com a dignidade com que deveria ser. Ainda trabalham como catadores e catadoras de produtos recicláveis mesmo após completar 60 anos de idade. Na comunidade do Guaibim, cidade de Valença, localizada no território do baixo sul da Bahia, as mulheres são maioria que fazem parte do programa. Elas possuem mais da idade legal para aposentadoria, que maioria das vezes não consegue e quando as tem é insuficiente para cobrir as despesas advindas com a velhice. O resultado é que mesmo sem reunir as condições físicas e sociais, continuam a exercer a atividade laboriosa para o fim de sustentar as suas subvidas.

Esta realidade se repete em outros locais em que atuamos com o PRONINC. O que corrobora com a pesquisa de SEN é que, no caso específico do Guaibim, trata-se de um distrito da cidade de Valença, cuja a principal fonte de renda é o turismo. Um local de bonitas praias que atrai pessoas de todo o país e estrangeiros também, que possuem alto poder aquisitivo, são proprietários de residências luxuosas, pousadas e restaurantes também luxuosos. Porém a população native não tem acesso a esta riqueza e muita das vezes estando em condições efetivamente mórbidas de vida.

O PRONINC acompanha catadores e catadoras de produtos recicláveis no Guaibim, para que tenham acesso aos serviços sociais básicos e na organização de grupo e fortalecimento cooperativo entre os membros do local. Porém encontramos alguns percalços ao longo do caminho. Há um projeto de extensão universitária paralelo ao PRONINC, denominado Economia Solidária no Guaibim – ECOSOLGUAIBIM, cadastrado no sistema integrado de projetos – SIP, da Uneb, e desde janeiro de 2016 as verbas estão contingenciadas. Resultado, as metas previstas para todo o ano em curso passa a ficar comprometida. Aqui mais uma vez registramos como as liberdades instrumentais são ceifadas da população na

medida em que a Universidade pública, com o seu objetivo, de através da educação fazer chegar às pessoas o desenvolvimento, fracassa e torna uma tarefa de utopia possível em dificuldades para, de forma justa, distribuir riqueza e liberdade.

Parafraseando o poeta português, Fernando Pessoa, digo que é dessa minha aldeia que vejo o mundo e o quão ele reflete as desigualdades sociais e as fragilidades das liberdades instrumentais apontadas por Amartya Sen. Há ianda um longo caminho a percorrer até que as políticas públicas alcance os baianos em sua totalidade. O PRONINC é de real importância para contribuir na tarefa de promover o desenvolvimento como liberdade na medida em que atua diretamente com aqueles que estão, via de regra, à margem do sistema econômico e com poucas chances de apropriar-se das políticas educacionais, de saúde, saneamento básico e renda adequada para uma vida plena.

Na esteira desses argumentos encontramos em Paul Singerⁱ ampla relação com o conceito de desenvolvimento como liberdade, na medida em que nos orienta no seguinte sentido:

O desenvolvimento almejado deve gradativamente tornar a relação de forças entre empreendimentos que não visam apenas nem principalmente aos lucros e os que sim o fazem, mais favorável aos primeiros. Se e quando a economia solidária, formada por empreendimentos individuais e familiares associados e por empreendimentos autogestionários, for hegemônica, o sentido do progresso tecnológico será outro, pois deixará de ser produto da competição intercapitalista para visar à satisfação de necessidades consideradas prioritárias pela maioria.

Esse tema é atualizado na controvérsia ao redor dos transgênicos assim como no que diz respeito à agricultura orgânica *versus* aplicação das técnicas químicas etc. na produção vegetal e animal. O mesmo possivelmente se passa na dicotomia do desenvolvimento da educação à distância *versus* educação democrática, que se baseia na auto-educação coletiva de crianças e jovens. Em suma, o desenvolvimento solidário busca novas forças produtivas que respeitem a natureza e favoreçam valores como igualdade e auto-realização, sem ignorar nem rejeitar de antemão os avanços científicos e tecnológicos, mas submetendo-os ao crivo permanente dos valores ambientais, da inclusão social e da autogestão. (SINGER, 2004, P.07).

O exposto acima corrobora com as ações do projeto em tela e aqui discutido. A educação, como política pública deve pautar as suas ações para a libertação plena das pessoas, a humanização do homem e da mulher para a construção de relações menos ou totalmente desprovidas de exploração. Nesse sentido, estamos nos remetendo a Paulo Freire e sua obra Pedagogia do oprimido. As liberdades instrumentais devem acontecer interagindo entre elas e

o desenvolvimento. Os campos semânticos da educação e demais políticas públicas não deverão estar separados, muito pelo contrário, eles são meios e fins para alcançar o desenvolvimento de um povo.

3 CONSIDERAÇÕES

Parafraseando Santos (2001, p. 30) o grande desafio que se apresenta nesse projeto é “[...] fazer falar o silêncio sem que ele fale necessariamente a linguagem hegemônica que o pretende fazer falar”. Recomenda o autor que “os silêncios, as necessidades e as aspirações impronunciáveis” só poderão ser captados pela comparação entre os discursos disponíveis hegemônicos e contra hegemônicos, pela análise das hierarquias entre eles e dos vazios que tais hierarquias produzem.

Seguindo essa orientação fazemos, através de uma postura interpretativa, levantamento das lacunas e/ou distâncias existentes entre as formas de conhecimentos particulares ou procedimentos que os sujeitos utilizam na produção da sua existência, com o modo de entender a liberdade e o desenvolvimento para as populações fragilizadas, como uma via de tráfico mútuos e interligados. Agindo dessa forma o PRONINC (INCUBA E ITCP/UNEB) proporciona o fortalecimento das comunidades assistidas na medida em que anda passo a passo com todos, não estando na posição de domínio de saber, mas de parceiros no empreendimento solidário.

Abaixo apresentamos o quadro de beneficiários diretos do PRONINC. Podemos visualizar através dele a efetiva aplicação das políticas públicas do SENAES/CNPQ/UNEB:

Beneficiários diretos do projeto

EMPREENHIMENTO	Território	BENEFICIÁRIOS	MULHERES	HOMENS
Coopmarc	RMS	22	17	05
Canore	RMS	16	13	03
Grupo de catadores de Valença	Baixo Sul	18	15	03
Comunidade Terapêutica	RMS	30	--	30
Total		86	45	41

A ITCP-COAPPES, através do presente Projeto, beneficia cerca de 120 (cento e vinte) famílias das comunidades pesqueiras de Pedra Vermelha, Buriti, Lagoa dos Gomes e Saco dos Bois, localizadas no entorno da Lagoa de Itaparica, município de Xique-Xique, região que vivencia conflitos constantes devido à exploração predatória e ilegal da pesca na Lagoa de Itaparica, assim sendo, é uma demanda das referidas comunidades a articulação e elaboração de um Acordo de Pescaⁱⁱ.

O público atendido é composto por crianças, jovens, mulheres e adultos pescadores que tem como principal atividade econômica e de subsistência a pesca artesanal e a extração de pedras para calçamento de locais públicos da região.

O PRONINC já realizou, até o momento seminário com a presença de centenas de graduando da UNEB, cujos os temas abordados, como logística solidária, designe e comunicação participativos, trabalho e educação e formação de grupos na economia solidária, enriqueceram a formação acadêmica dos estudantes dos cursos de direito, pedagogia e administração. Além do que, ao proporcionar o encontro entre diversos atores da economia solidária do território do baixo sul da Bahia.

REFERÊNCIAS

“Acordos de Pesca” regulamentados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, através da Instrução Normativa nº 29, de 31 de dezembro de 2002.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

SANTOS, B. S. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SEN, Amartya. Desenvolvimento Como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras., 2010.

SINGER, Paul. <http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n51/a01v1851.pdf>. acessado em 02/07/2016.

NOTA

(*) Autor: Ruy D'Oliveira Lima. Mestre em Teologia com ênfase em Educação pela Faculdade Superior de Teologia - EST, Professor Assistente da Universidade do Estado da Bahia – UNEB; Doutorando em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação; Linha de pesquisa 1 (Educação, História e Política); ORCID ID – <http://orcid.org/0000-0002-6385-1027>; e-mail: rdlima@uneb.br

(**) Autora: Iracema Oliveira Lima. Pós Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Londrina; professora titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, do

Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em Educação da UESB; ORCID ID – <http://orcid.org/0000-0002-6761-3704>; e-mail: Iracema.lima@uesb.edu.br

ⁱ Secretário do SENAES, do Ministério do Trabalho e Previdência Social (Brasília, DF) e professor-titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP.

ⁱⁱ “Entende-se por “Acordos de Pesca” o conjunto de medidas específicas decorrentes de tratados consensuais entre os diversos usuários e o órgão gestor dos recursos *pesqueiros em uma área definida geograficamente*”.